



## **DIVIDIDOS POR ZERO: UM ESTUDO SOBRE O CARÁTER DIFUSO DO ANONYMOUS**

### **DIVIDED BY ZERO: A STUDY ON THE DIFFUSE CHARACTER OF ANONYMOUS**

Renato Salles Feltrin\*

**Resumo:** o texto analisa elementos que caracterizam os grupos de manifestação política hoje dispersos pelas redes e mídias digitais, a partir do caso do Anonymous, grupo cuja atuação política foge aos padrões convencionais de participação, contestação e ativismo. Sugere-se para a entidade o conceito de “grupos difusos”, visto que não há liderança unificada e nem centralização de suas ações. Além disso, o grupo não possui uma política claramente definida e nem atores identificados. Conclui-se que, ao favorecer a interação e permitir o espraiamento de mútuos padrões comportamentais, o grupo aparenta alcançar ainda mais cooperação do que os modelos tradicionais de manifestação política.

**Palavras-chaves:** Grupos Difusos; Anonymous; Redes Sociais Digitais; Participação Política Não-convencional.

**Abstract:** the paper analyzes elements that characterize modern political manifestation groups nowadays dispersed across digital media and networks, based on the case of Anonymous, a group whose political action flees to conventional patterns of participation, protest and activism. It is suggested to the entity the concept of “diffuse groups”, considering it has no unified leadership and does not centralizes its actions. In addition, the group does not have a clearly defined policy nor identified actors. The conclusions stress that, by encouraging interaction and allowing the spreading of mutual behavioral patterns, the group seems to achieve even more cooperation than the traditional models of political manifestation.

**Keywords:** Diffuse Groups; Anonymous; Digital Social Networks; Non-conventional Political Participation.

## **1 Introdução**

---

\* Renato Salles Feltrin é Advogado, Assessor Técnico da Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, especialista em Processo Legislativo e mestrando pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP). (renatofeltrin@mac.com)

As postagens foram divulgadas pelo Twitter ao final do primeiro semestre do ano de 2013, por meio de uma série de textos veiculados nos vários perfis que o grupo Anonymous possui na internet: “Nós somos legião. Unidos como um. Divididos por zero. Vocês não podem quebrar o Anonymous... Anonymous não tem líder. Nosso movimento é horizontal”. Sem interrupção, os tweets prosseguiram: “Se você não entende a ideologia Anonymous não tem nada o que falar! Alguns dizem que apoiamos o PT e outros os tucanos. Mas agora é a nossa vez de falar. F0#@-\$& OS PARTIDOS, inclusive o Exército!” (ANONYMOUBRASIL, 2013)<sup>1</sup>.

O tom exagerado, emanado dos textos, retrata o momento inusitado que recentemente atravessou a política brasileira: em meados de 2013, alguns dias após o presidente da Fifa, Joseph Blatter, haver cobrado “respeito e *fair play*” das arquibancadas do estádio Mané Garrincha, na abertura do torneio da Copa das Confederações, um sentimento de indignação ressoou em todo o país (SILVA, 2013). Quase que instantaneamente, organizadas por meio da internet, mais de 250 mil pessoas saíram de casa para protestar.

De certo modo, o país experimentou fenômeno novo, oriundo do fato de movimentos tão intensos terem ocorrido de modo difuso, sem uma liderança identificável.

Não sem razão, no contexto brasileiro contemporâneo, esse sentimento de insatisfação difusa pode ser claramente percebido na internet e nas redes sociais. Dotados de vocação simultaneamente pragmática e liberal, os movimentos que eclodiram em todo o país mostraram-se inorgânicos e, de certa forma, mercedores de análise. Essencialmente, foram atuações de grupos caracteristicamente plasmáticos em sua influência e participação política. De forma que, pareceu relevante tentar mais bem definir quais elementos conformam um grupo difuso de influência no contexto pátrio. Em especial, porque as mudanças pleiteadas nos protestos de junho mostraram-se fortes o bastante para permanecer na agenda política nacional durante longo tempo e, em razão disso, importa ao Legislativo tentar entender a lógica embutida nos eventos.

Nesse sentido, no Brasil atual, é possível perceber o desenvolvimento de novas formas de ativismo político como uma das causas do enfraquecimento de certas organizações tradicionais – partidos políticos, por exemplo. Donde se conclui que os cidadãos passaram a se permitir atuar em formas não convencionais de manifestação porque a crítica às instituições políticas seculares ganhou relevo por meio da rede mundial de computadores.

No entendimento de Huntington (2006), foi exatamente a modernização dos meios – leia-se, internet – o fator comum a dar azo a problemas de participação política como esses. Para o autor, o baixo nível de atuação política tende a enfraquecer as formas tradicionais de participação frente a outras instituições e forças sociais. Característica que conquistou importância após o advento da computação.

De modo correspondente, Castells (2005) afirma que o elemento novo é precisamente a

---

<sup>1</sup> Nas citações do Anonymous, sejam aquelas postadas no Twitter ou no Facebook, foram mantidas a grafia e o estilo originais de escrita, sem alteração ou correção textual. Apenas palavras nitidamente ofensivas foram editadas.

base microeletrônica moderna, por meio da qual as redes tecnológicas fornecem novas capacidades às velhas formas de organização social. Em suas palavras, as tecnologias digitais permitem ultrapassar os limites históricos da política e podem, ao mesmo tempo, descentralizar a atuação dos indivíduos “ao longo de uma rede de componentes autônomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta atividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões” (CASTELLS, 2005, p. 18).

## 2 O caráter difuso do grupo

Assim, grupos dispersos, aos moldes do Anonymous, aparentam canalizar a ansiedade social e, de certo modo, fazem-na transbordar do virtual para a realidade. Em síntese, malgrado funcionem como catalisadores das frustrações comuns e, de alguma forma, sua agenda e sua concepção visual pareçam coesas e responsivas às demandas políticas – ao menos no discurso –, tais grupos mostram-se difusos na sua consistência.

Basicamente, a internet tornou-se o elemento fulcral por meio de que se viabilizam eventuais mobilizações antes mesmo que surjam os líderes das agitações (RESENDE, 2013) – algo praticamente impossível no passado. De certo modo, essa nova capacidade de engajamento permite levantes expressivos – no que respeita à quantidade de atores envolvidos –, sem uma estrutura orgânica definida.

Fato essencial ao Anonymous: a entidade não é uma organização, mas sim uma insígnia para ações livremente organizadas, que se utilizam de um mecanismo coletivo. De certa forma, a própria palavra “grupo” parece – apenas parece – ser um tipo de termo impróprio para defini-lo.

Nesse sentido, Bruno Latour é preciso acerca do tema:

Se alguém me dissesse que palavras como “grupo”, “agrupamento” e “ator” não têm sentido, eu responderia: “Não têm mesmo”. O vocábulo “grupo” é tão vazio que não explicita nem o tamanho nem o conteúdo. Poderia ser aplicado a um planeta ou a um indivíduo; à Microsoft e à minha família; a plantas e a babuínos. Foi por isso que o escolhi (LATOUR, 2012, p. 52).

Em sentido correlato ao de Latour, Crenshaw afirma que o grupo, conforme seus próprios textos apregoam, é horizontal e não deseja ser visto como algo coeso, nem como uma organização com um líder ou dotada de estrita hierarquia. Algumas de suas subdivisões podem até possuir lideranças no sentido clássico, mas o grupo como um todo não as possui (CRENSHAW, 2013).

Da mesma forma, é complexo determinar o que é o Anonymous, porque se trata de algo que está sempre em movimento, construindo-se e remodelando-se a cada ação, manifesto ou comunicado. Todavia, parece haver duas constantes: a manutenção do anonimato que dá nome à insígnia e a necessidade de que o conhecimento seja livremente acessado (REGUEIRO, 2014).

Nessa tarefa, a fim de particularizar o *ethos* da entidade – e, conseqüentemente, do que

seria o caráter difuso do grupo –, parece ser evidente a contradição entre o Anonymous e os meios convencionais de participação. Por exemplo, partidos fazem parte do sistema político, ao passo que o Anonymous é um ator *outsider*. Partidos atuam na arena eleitoral; o Anonymous é um movimento de contestação da política, sua arena é a crítica, a contestação, o protesto, a mobilização, a rebeldia, o ativismo. Partidos estão do lado do protagonismo político, enquanto o Anonymous está do lado do antagonismo.

Portanto, à guisa de definição conceitual, trabalha-se com a hipótese de que grupos difusos são tudo aquilo que um partido político ou um grupo de pressão não são. Em outras palavras, por exemplo, o Anonymous é o oposto dos partidos políticos, baseados na premissa de Polsby de que “para um sistema político ser viável... (ele) tem que ser institucionalizado” (POLSBY, 1968, p. 221).

Assim, no presente texto, busca-se sugerir uma definição para o termo “grupos difusos”. O Anonymous enquadra-se nesse caso por ser, hoje, proeminente entidade nas manifestações mundiais: como propriamente definem-se, eles são legião e parecem viver um modo de “individualismo coletivo”. Cada um de seus membros e apoiadores só se apega a sua condição contestadora porque todos se particularizam pela mesma condição; todos dispostos a confundir-se na mesma associação, contanto que ninguém tenha nada à parte nem ultrapasse o nível coletivo.

Reconhecido por uma autointitulada indivisibilidade (OPERATIONS, 2013), o Anonymous remete à busca de um tipo de interesse público não exatamente mensurável nos dias atuais.

Nesse quesito, Mancur Olson (1999) informa que a densidade de membros – marcada pelo poder e pela coesão dos grupos tradicionais – não deriva dos êxitos obtidos pelo agrupamento, mas seria, na verdade, um subproduto de suas atividades gerais. O pesquisador entende que “toda ação política é comportamento de indivíduos, e, nas organizações, um elemento ideológico ou emocional está frequentemente envolvido” (OLSON, 1999, p. 25).

Na visão de Olson, as pessoas desempenham atribuições sociais e tendem a se agregar em vários tipos de organizações formais. Nas hipóteses em que expressivo número dessas pessoas partilha objetivo único, a atividade individual e desorganizada não será capaz de emoldurar os interesses do grupo. Assim, os grupos tradicionais orientariam seus resultados por meio da ação coletiva, como um todo – algo praticamente impensável no caso do Anonymous.

Esses grupos, enfim, seriam caracterizados pela reunião formal de membros detentores de características comuns, conciliados em favor de influenciar discussões políticas que atendam aos interesses de seus próprios membros. O fator a identificar tais grupos, portanto, é o interesse comum. Ainda de acordo com Olson, porém, tal interesse, por ser comum, pertence a cada indivíduo, isoladamente, sendo essa a conexão que autoriza a atuação/identidade coletiva e coesa. Acima de tudo, os benefícios e interesses obtidos devem superar os custos de

participação.

Em geral, a sociedade utiliza-se de tal dimensão pública para atingir um fim específico. Ou seja, conforme diz Polsby (1968), a viabilidade de um sistema político depende de suas instituições – que, respectivamente, circunscrevem-se aos interesses de seus beneficiários.

No caso do Anonymous, todavia, ainda que exista uma agenda minimamente perceptível, os eventuais favorecidos não podem ser identificados pelos meios tradicionais. Não há, enfim, como aferir se uma política foi/será eficaz, uma vez que não há um ator regularmente responsável pela demanda.

Enfim, por meio da clássica definição subjetiva acerca de quem são os legitimados no interesse de alguma meta política, o Anonymous não se enquadra em nenhuma categoria de beneficiário, seja por não possuir atores nominados, seja pela mais absoluta ausência de liderança, isto é, pela fluidez da agenda que pleiteia. Também dificuldades legais, como a falta de formalização ou a não participação eleitoral, tornam evidente a impossibilidade de caracterizar o Anonymous como um grupo tradicional.

A definição de “grupo difuso”, no que respeita ao Anonymous, permite concluir que a entidade pode ser assim classificada exatamente por não possuir uma política claramente definida ou atores titularizados.

Acima de tudo, a flagrante diferenciação das características da entidade autoriza a conclusão de que o Anonymous, em nível mundial, caracteriza um grupo difuso. Acerca do Anonymous, é necessário pensar em movimentos coexistentes e não em um único movimento coeso.

No caso específico do Anonymous, essa decisão em participar da política de modo não convencional parece preceder o compromisso de seus membros a qualquer causa ou objetivo específico. Ao contrário do senso comum, o grupo busca a inclusão política tão somente após haver tomado a decisão de agir politicamente. Suas ideias são lançadas na sociedade, por meio da internet, e ganham força conforme recebem apoios. Enfim, o grupo reverte a lógica participativa natural, na qual inicialmente criavam-se as associações e, depois, buscava-se acesso à política. De certa forma, o Anonymous e a internet reverteram tal axioma.

A prioridade pelos métodos, em desfavor de seus propósitos, de certo modo evidencia a explícita opção do grupo a esse modo disperso de inclusão política – a despeito de qualquer outro objetivo comum. Por exemplo, nas atuações do grupo, a participação em alguma atividade *hacker* é sempre sobreposta à escolha/importância da causa almejada. Um modo de atuação, enfim, que é essencialmente contraditório ao paradigma clássico de atividade política, por não deixar claros os interesses e demandas em jogo nas mobilizações ou ações do grupo.

De modo que, no caso do Anonymous, o ativismo *on-line*, para além de responder à crise de representação atual, parece depender de uma qualidade que, embora não seja única do grupo, é excepcionalmente pronunciada nele: o potencial de eficácia da ação individual.

Segundo descreve Samuel (2004), no caso da atividade de grupos como o Anonymous, atores individuais possuem um nível maior de eficiência política. Em suas palavras,

um simples *hacker* pode engajar-se unilateralmente na atuação política para derrubar um *site* ou confundir um servidor de internet. Em muitos casos, não há problemas quanto à ação coletiva, porque *hackers* podem atuar em atuações unilaterais e descoordenadas, mas, ainda assim, ter impacto perceptível (SAMUEL, 2004, p. 125).

Essencialmente, conforme o argumento da pesquisadora, a ação de atores individuais contribui para confirmar a identidade do grupo, sem necessariamente exigir interação com outros “membros”. De modo que, quanto ao interesse do presente trabalho, é essa exatamente a definição do que aqui se entende por grupos difusos: são entidades sem liderança, sem membros regulares, sem estrutura formal, com atores agindo individualmente a fim de confirmar não um objetivo definido, mas uma identidade coletiva.

Como se pode perceber, é patente que a peculiaridade do Anonymous permite enquadrá-lo como um elemento *sui generis* no modelo de atuação política contemporânea.

Enfim, no sistema político atual, a ausência de organização formal por parte do Anonymous parece ser um dos principais elementos de seu sucesso midiático. Afinal, a partir da falta de uma estrutura formal e das demais características que lhe são inerentes, o grupo “encarnou” a essência do conceito de Manuel Castells (2005) acerca da sociedade em redes: não há separação entre realidade e representação simbólica<sup>2</sup>.

No novo contexto de inclusão proposto pelos *anons*, as pautas sociais e políticas estarão constantemente em disputa daqui em diante. Sobretudo, na era informacional, a fragmentação transformou-se em um dado da realidade.

Na esteira desse entendimento, Nadia Urbinati permite inferir que é somente no seio da democracia que pode ocorrer um evento político-social reformulador como o Anonymous, sem que haja necessidade de questionar a ordem vigente. Não por coincidência, nos países não democráticos – por exemplo, Egito e algumas nações árabes – onde o grupo atuou, os resultados políticos não foram ainda de todo mensuráveis<sup>3</sup>.

Por meio da visão de Urbinati, é possível concluir que o Anonymous mostra-se possível em nações democráticas porque, nesses países, os cidadãos formam suas opiniões e criticam quem detém o poder: a “expressão de ideias públicas e livremente é a condição de elaboração e mudança de todas as decisões” (URBINATI, 2013). Essa é, sobretudo, a maneira

---

<sup>2</sup> A partir da ideia de que todas as formas de comunicação são baseadas na produção e consumo de sinais, conforme postulações teóricas de Barthes e Baudrillard, Castells entende que não há separação entre “realidade” e representação simbólica. Para ele, o inédito do sistema de comunicação organizado pela integração eletrônica de todos os modos de comunicação, do tipográfico ao sensorial, não é a indução à realidade virtual, mas a construção da virtualidade real em que “a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz de conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora de experiência, mas se transformam na experiência.” (Castells, 1999, p. 395)

<sup>3</sup> Em razão de os eventos políticos levados a efeito nos países citados ainda não se terem esgotado, o autor preferiu não ingressar na análise de tais dados.

de participar ativamente na democracia representativa. De forma que, por meio do sistema democrático, os cidadãos podem utilizar todos os modos de informação e comunicação disponíveis, a fim de mostrar sua presença e seu inconformismo – exatamente o que ocorre por meio do Anonymous.

Urbinati alerta, sobretudo, para o declínio dos meios de representação tradicionais no gerenciamento da ligação entre a própria representação e a participação, redundando no impacto direto da distribuição de oportunidades de voz ou de influência política. A cientista política relembra que, desde John Stuart Mill, já se preconizava que os meios de comunicação poderiam recriar um tipo de proximidade nos diálogos nacionais de grandes sociedades, em razão de reunirem seus cidadãos em uma assembleia direta. Aos moldes do que faz hoje o Anonymous, os cidadãos passaram a poder erigir um fórum de opiniões que permite a inserção de assuntos seus de interesse na arena pública, mantendo os políticos e as instituições sob constante julgamento da população. A questão proposta atualmente, ainda na visão da autora, “parece pertencer mais ao domínio da formação de opinião” (URBINATI, 2013, p. 7). No mundo de hoje, os *anons* parecem querer trazer de volta ao jogo a liberdade de expressão como direito coletivo.

Nesse aspecto, Urbinati é categórica. Em sua visão, a internet produz uma formidável dispersão da informação, mas tende, também, a criar a agregação de milhões em torno de pontos de vista endossados pela imitação e identificação a blogueiros, o que reproduz e radicaliza as velhas lealdades prejudiciais e sectárias (URBINATI, 2013, p. 8). Assim, esse fenômeno acaba por incrementar o declínio da participação eleitoral, com a conseqüente fragmentação do público em nichos de opiniões privadas, formando fenômenos interligados, indicativos da metamorfose da democracia representativa.

O conjunto dessas configurações redundando por radicalizar as questões, tornando mais árdua a negociação entre as partes e permitindo – no teor dos *anons* – a dominação da política pela liderança ativista. Fato a não implicar diretamente em um ativismo generalizado do povo.

Sob essa ótica, a interpretação permitida pelos argumentos da autora é fulcral: ao concentrar a atuação do ativismo por meio de ferramentas digitais – que possibilitam a virtual invisibilidade do indivíduo –, o cidadão passa a deixar de existir, em favor de alguma identidade coletiva “superior” a ele. Fato que, na definição de Urbinati, torna o mundo criado pelos meios de comunicação de massa o próprio mundo onde a sociedade se manifesta, “uma realidade única e total” (URBINATI, 2013, p. 10).

Essa tendência configura-se, cada vez mais, na proeminência da democracia de público<sup>4</sup>, onde a confiança nos líderes dá lugar aos especialistas em comunicação e a grupos

---

<sup>4</sup> Conceito original de Bernard Manin, citado por Urbinati. Essencialmente, Manin conceitua democracia de público a partir da confrontação com a democracia de partido. Em suas palavras: “a diferença entre democracia de partido e democracia de público não é que nessa última os partidos se tornaram obsoletos. A democracia de partido é uma

espalhados virtualmente, como o Anonymous. A autora conclui no sentido de não haver mais um objetivo político perseguido pela sociedade como um todo. Em outras palavras, não se tem mais nenhum outro objetivo do que o próprio assistir ao desenrolar dos eventos.

Ao agir assim, de acordo com o que atestou Belpoliti (2013), a sociedade começa a viver a idade da revolta vazia. Em seu entender, nada mais pode ser previsto, haja vista que, modernamente, a sociedade passou a habitar no repentino. Não se pressupõe “nem mesmo uma classe social que tomará o poder, mas só indivíduos atomizados, que no curso das insurreições espontâneas, não preparadas e contagiosas, se tornam uma força provisória” (BELPOLITI, 2013, p. 2).

Nesse aspecto, conforme a análise de Zygmunt Bauman (2000), o teor mais notável da política contemporânea parece ser sua insignificância. Na opinião do sociólogo polonês, as mudanças atuais – inclusive na esfera política – deixaram de ser um divisor de águas, como eram no passado, e tornaram-se uma ondulação vazia, levadas por seu próprio ímpeto. No passado, disserta Bauman, “a fórmula política dominante de liberalismo era uma ideologia desafiadora e impudente de ‘grande salto à frente’. Hoje em dia, não passa de uma autoapologia da rendição” (BAUMAN, 2000, p. 12). Nesse sentido, grupos como o Anonymous parecem ter força a partir da constatação de que o sistema político reduziu-se a um credo de inexistência de alternativas, sobretudo, a política moderna parece tão somente louvar e promover o conformismo.

Ainda conforme Zygmunt Bauman, a característica inerente à política – de atuar como um instrumento de liberação de limites e, ao mesmo tempo, de autolimitação social – deixou de funcionar. Em sua opinião, todos os limites estão fora do limite. Dessa forma, os maiores problemas contemporâneos são a incerteza, a insegurança e a falta de instabilidade institucional, de modo a fazer com que a própria natureza desses males acarrete o impedimento dos remédios coletivos e, conseqüentemente, permita o surgimento de grupos virtualmente anárquicos no

---

forma de governo representativo em que os partidos políticos são as unidades fundamentais da vida política. Nessa forma, os partidos refletem clivagens socioeconômicas e culturais duradouras na sociedade. Os grupos sociais gerados por tais clivagens são unidos pelas fidelidades duradouras de seus membros. Cada partido pode contar com a fidelidade política desses membros. Assim, cada partido constitui uma espécie de agência coletiva unificada dotada de identidade duradoura. Nessas condições, os partidos podem ser vistos como os sujeitos políticos fundamentais no funcionamento da democracia representativa. Eles se alternam no governo ou compartilham o poder (dependendo da natureza do sistema político) segundo os resultados das eleições. Na democracia de público, em contraste, os partidos ainda são decisivos, mas já não são unidades bem definidas dotadas de identidade duradoura. Eles têm de buscar ativamente o apoio dos eleitores a cada votação, ajustando seus temas de campanha a interesses variáveis dos eleitores, e reconfigurando, conseqüentemente, a composição de seu público-alvo. Ademais, mesmo que dado partido continue a visar o mesmo público-alvo durante várias eleições, a composição de seu apoio real está fadada a mudar, já que é improvável que as reações dos diversos segmentos que formam esse público-alvo variem exatamente da mesma maneira de uma eleição à seguinte. Portanto, os partidos já não podem ser vistos como sujeitos políticos no sentido de que não têm identidade bem definida e duradoura. Eleições sucessivas sempre alteram a composição de seu apoio. Os partidos deixaram de ser sujeitos políticos também em outro sentido. Para um número crescente de eleitores desvinculados, eles se tornaram apenas instrumentos a ser empregados dependendo das circunstâncias. Assim, na democracia de público os cidadãos participam das eleições dependendo do contexto. E a composição do apoio a cada partido também varia de acordo com as circunstâncias. Esse padrão de envolvimento dos cidadãos na política específico do contexto se estende, todavia, para além do voto. Ele também caracteriza a participação não eleitoral”. (MANIN, 2013, p. 123)

discurso e na constituição, como o Anonymous. Assim, por meio da adaptação das ideias de Bauman, pode-se afirmar que a insegurança atual faz com que os indivíduos não assumam os riscos exigidos pela ação coletiva, tornando viável, dessa forma, a existência de grupos “coletivos” e, ao mesmo tempo, “anônimos”.

Em uma sociedade que se globaliza rapidamente, grande parte do poder foi removido da política, de forma a que as instituições não mais logam fornecer segurança ou garantias sociais como um todo, o que torna quase impossível condensar as questões sociais em uma força política institucionalizada formalmente.

Nesse sentido, a se considerar as ideias de Bauman, é possível conceber o surgimento do Anonymous como algo a dar consistência a essa ausência de unidade político-social. Em outras palavras, a própria gênese do grupo é uma resposta ao questionamento proposto pelo polonês. Na falta de uma entidade politicamente forte para representá-la, a sociedade, auxiliada pelos modernos meios computacionais, criou um grupo que responde exatamente aos temores sugeridos: o Anonymous, em síntese, é individual na sua participação, mas coletivo no ativismo.

Essa conclusão mostra-se clara no conceito proposto por Bruno Latour (2013), segundo o qual,

Ao usar o termo “coletivo”, como temos feito até agora, em vez de falar de “cultura”, “sociedade” ou “civilização”, já fomos capazes de enfatizar a operação de ajuntamento ou de composição, ao mesmo tempo salientando a heterogeneidade dos seres assim criados. Lembremo-nos que o que permite que as redes desdobrem-se é precisamente o fato de que elas seguem as associações, tanto fazendo o que sejam essas últimas. “O social”, enfim, não define um material diferente do resto, mas sim uma tecelagem de fios cujas origens são necessariamente variadas. (LATOUR, 2013, p. 296)

Dessa forma, no que concerne à análise do Anonymous, considerada sua desagregação construtiva, o marco proposto por Latour (2012) é relevante. No entender do antropólogo, existem inúmeras formações de grupos e alistamentos em grupos contraditórios. Portanto, a escolha recai em estudar os “procedimentos dos atores e (sair) pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades deles” (LATOUR, 2012, p. 51) em sua formação ou desmantelamento.

Enfim, a questão acerca do estudo sobre o grupo reside em entender como e por que essa máquina anárquica transformou-se em uma das mais inteligentes e eficazes operações políticas destes tempos recentes (COLEMAN, 2012).

De início, o Anonymous era equivocadamente visto como um movimento de ativistas *on-line* ou de “cibervigilantes”. Segundo Coleman, essa confusão derivava do fato de o grupo ter compromisso com o anonimato e o livre curso da informação, mas não possuir uma filosofia ou programa político consistente. Sobretudo, na visão da pesquisadora, embora tenha devotado crescente energia ao dissenso digital e à ação direta, o grupo não tem uma trajetória definida.

Assim, nas palavras de Coleman, as atuações do Anonymous representam “tanto um *ethos* quanto um objetivo” (COLEMAN, 2012, p. 93). Suas transgressões servem, sobretudo, para diversos propósitos. O que transforma o Anonymous em uma categoria à parte é sua composição fluida e sua concepção política inorgânica. Ou seja, a entidade segue lógica própria e, em razão de sua rebeldia, atraiu imensa atenção, tendo sido, inclusive, nomeado a pessoa do ano pela revista Time (TIME, 2015), na votação por escolha popular (ZDNET, 2015).

Na opinião de Gabriele Coleman (2012),

As ações políticas (do grupo) muitas vezes ocorrem a esmo. Porque frequentemente não existe uma estratégia todo abrangente, o Anonymous opera taticamente, ao longo das linhas propostas pelo pensador jesuíta francês, Michel de Certeau. “Porque não possui um lócus, a tática depende do tempo. Ela está sempre à espera de oportunidades a serem agarradas ‘na passagem’ (...). Mas a ação na “passagem” alavanca a estrutura fluida do Anonymous, dando aos *anons* uma vantagem, mesmo que temporária, sobre as instituições tradicionais – as empresas, os estados, os partidos políticos – que funcionam segundo planos unificados. (COLEMAN, 2012, p. 94)

O Anonymous, sobretudo, não se vincula a um lugar específico e, portanto, não abriga o que Coleman interpretou como “uma atitude cartesiana”. Ainda assim, continua a pesquisadora, “conquanto disparatadas e paradoxais em sua superfície”, as atividades do Anonymous tocaram em um profundo desencanto com o *status quo* político, sem postular uma visão utópica ou qualquer tipo de agenda.

Malgrado o grupo não tenha feito nenhuma ação para derrubar instituições políticas ou alterar leis consideradas injustas, seu surgimento fez com que parecesse mais fácil criticar tais coisas. Enfim, para as pessoas que vão às ruas, o grupo simbolizado pela máscara de Guy Fawkes implica muito mais a troca do individualismo pelo ativismo coletivo, ainda que anônimo.

O Anonymous produz eventos e imagens espetaculares, que atraem a atenção mundial, conjugando e renovando o espírito coletivo. Acima de tudo, o grupo reforça os argumentos acerca de poder gerar condições necessárias para o ativismo sério e eficaz.

Os *anons* escondem seu rosto atrás da máscara, mas exigem transparência dos demais atores públicos. Dessa forma, o Anonymous oferece provocante antítese à lógica da constante autodivulgação, seu cerne é oposto à celebridade, pois o grupo, em um de seus próprios lemas, configura-se “a partir de muitos, um”.

Na opinião de Bernardo Gutiérrez, o primeiro erro ao tentar descrever o grupo é qualificá-lo como um conjunto descentralizado de mascarados que lutam por objetivos concretos. Em sua visão, antes de o Anonymous ser um grupo ou um coletivo, foi uma consciência coletiva: “a primeira grande consciência coletiva da era da internet” (GUTIÉRREZ, 2012, p. 136).

Da mesma forma, os *anons* suprimem a individualidade. O grupo não é – ao menos em seu conceito inicial – uma frente unida, mas uma hidra, que engloba diversas redes e grupos de

trabalho, muitas vezes discordantes uns dos outros. Assim, não cabe pensar em objetivos compartilhados por uma maioria de seus membros, nem pensar que são sempre as mesmas pessoas a atuar. Em razão disso, Scott Mckenzie afirma que o “Anonymous pode ser considerado como um grupo, no sentido de que um bando de aves é um grupo. Como sabem que são um grupo? Porque estão viajando na mesma direção. Em um dado momento, mais aves podem se juntar, sair ou alterar completamente para outra direção” (MCKENZIE, 2013, p. 223 – tradução do autor).

Inspirado na definição de Kevin Kelly (1994), a ideia acima baseia-se em um conceito-chave ao Anonymous, ao hacktivismo e à nova era de multidões conectadas: o enxame. Em seu trabalho, Kelly estudou o comportamento de alguns insetos – especialmente, abelhas –, a fim de tentar compreender o funcionamento do mundo digital. Pela primeira vez, a palavra enxame era aplicada a algo diverso do mundo animal. Em essência, Kelly concatenou o termo às redes de computador, chegando a uma conclusão para definir o novo tipo de sociedade conectada: os membros autônomos estão altamente conectados entre eles, mas não a um eixo central. E como não existe um centro de controle, a gestão e o cerne do sistema estão distribuídos de modo descentralizado, é a forma como funcionam as colmeias.

Para além de tal fato, o autor encontrou os padrões básicos de funcionamento de um enxame, assemelhados ao comportamento atual do Anonymous: ausência de controle centralizado e imposto, natureza autônoma de suas subunidades, alta interconectividade dessas subunidades e causalidade não linear de pares influenciando pares.

Nos moldes de interesse do presente trabalho, pode-se considerar que a teoria de Kelly serve de amparo ao Anonymous: o grupo é um enxame distribuído, extremamente sem liderança, que se comporta com uma inteligência coletiva em tempo real e é regido por conexões tênues e valores éticos comuns (GUTIÉRREZ, 2012).

Dessa forma, retomando o pensamento de Coleman (2011),

Para entender as dinâmicas de poder e de autoridade no Anonymous, deve-se confrontar o que é uma das regras mais interessantes, prevalentes e socialmente vibrantes dentro do grupo: sua ética antilíder e anticelebridade. É essa ética que modula, se não completamente elimina, a concentração de poder. O Anonymous provê o que Mike Wesch descreveu como “uma crítica mordaz ao culto pós-moderno da celebridade, do individualismo e da identidade, enquanto apresenta-se como a alternativa invertida. (COLEMAN, 2011).

Coleman descreve os *anons* como “*hackers*, tecnólogos, ativistas, advogados de direitos humanos e *geeks*” (COLEMAN, 2012, p. 91), que organizam ações coletivas digitais – sejam *on-line* ou *off-line* – em favor de causas políticas, e também pelo puro prazer de se divertir. A autora observa que o grupo centrou-se na “trollagem”<sup>5</sup>, na diversão e em preocupações com a

---

<sup>5</sup> A utilização do termo “trollar” começou no final dos anos 80, quando, em um serviço de debates chamado Usenet, foi criada uma espécie de brincadeira entre os usuários. Os “trolls” eram aqueles que conseguiam perturbar as discussões, lançando, para isso, argumentos estúpidos, sem o intuito de acrescentar algo realmente de valor. Assim, o

liberdade de expressão.

Desde 2008, quando se iniciou sua famosa ação contra a Igreja da Cientologia<sup>6</sup>, o Anonymous tornou-se mais político. De acordo com Coleman, o grupo não possui nenhuma filosofia consistente, nem programa específico e, em razão do anonimato, baseia-se na participação fluida, em que oscilam, de forma rápida, intensidade ou abandono das ações. Nesse sentido, a pesquisadora enfatiza que os *anons* são heterogêneos, vivendo entre conflitos e debates acerca da direção política do grupo, mas enraizado na cultura democrática baseada em uma ética antilíder e anticelebridades. O grupo é descentralizado e atuante por meio de modos não hierarquizados de interação.

Na mesma esteira de entendimento, Quinn Norton (2012) também argumenta que, desde 2008, o Anonymous tornou-se mais politizado e, portanto, passou a ser uma ameaça aos governos e corporações. Norton percebe o grupo como um tipo de sistema imunológico para a internet, agindo contra qualquer um visto como inimigo da liberdade. Na visão dessa autora, o apoio à revolução tunisiana e ao movimento Occupy Wall Street contou com uma radical nova geração de membros, que “evitou o *lulz*<sup>7</sup> puramente dito, em favor de uma ação disruptiva mais focada”<sup>8</sup> (NORTON, 2012, p. 13). Como resultado desse processo, os *anons* “tornaram-se mais ousados, estranhos e ameaçadores”<sup>9</sup> (NORTON, 2012, p. 21).

Nas palavras de Norton, o Anonymous é uma “fazocracia”, sem líderes, governada pelo mero “fazer”. Indivíduos propõem ações, outros se juntam ou não a esses atos e, então, a bandeira do grupo é lançada sobre o resultado: “não há ninguém para conceder permissão, nenhuma promessa de louvor ou de crédito, de modo que cada ação deve ser sua própria recompensa”<sup>10</sup> (NORTON, 2012, p. 6).

Enfim, na maior parte do tempo, o Anonymous existe para o *lulz*, como brincadeira para seus usuários. Porém, de tempos em tempos – com relevante aumento nessa frequência durante os últimos anos –, a ação torna-se política e coletiva.

De modo correlato, no entendimento de Christian Fuchs (2014), os indivíduos participantes do Anonymous compartilham alguns valores políticos básicos, expressos no texto “5 Principles: an Anonymous Manifesto”<sup>11</sup>. Na visão de Fuchs, esses valores incluem a luta por

ato de “trollar” ocorre quando um indivíduo apronta alguma perturbação contra alguém, seja tumultuando um tópico de discussão ou, ainda, criticando de forma engraçada alguma postagem no Facebook ou no Twitter.

<sup>6</sup> Em 14 de janeiro de 2008, um vídeo de uma entrevista com Tom Cruise, produzido pela igreja, vazou para a internet e foi enviado ao YouTube. A igreja, então, emitiu um pedido de violação de direitos autorais contra o YouTube, pedindo a remoção do vídeo. Em resposta a esse fato, o Anonymous formulou o Projeto Chanology, considerando a ação da Igreja da Cientologia contra o YouTube como uma forma de censura na internet. Os membros do projeto organizaram uma série de ataques de negação de serviço contra *sites* da cientologia e, também, diversos trotes aos centros da igreja.

<sup>7</sup> *Lulz* é uma derivação da expressão LOL, que significa *laughing out loud* (rindo muito alto) ou *lots of laughs* (um monte de risos).

<sup>8</sup> Tradução do autor.

<sup>9</sup> Tradução do autor.

<sup>10</sup> Tradução do autor.

<sup>11</sup> Em seu livro, Fuchs faz referência a esse manifesto do Anonymous. Entretanto, não foi possível localizar o

uma sociedade aberta, justa, transparente e responsável, na qual a informação é irrestrita e sem censura. Segundo esse autor, o grupo baseia-se em três princípios essenciais, nem sempre respeitados: a imprensa não deve ser atacada, a infraestrutura crítica não deve ser atacada e deve-se trabalhar em favor da justiça e da liberdade.

No entender de Fuchs, os membros do grupo têm suas próprias interpretações desses valores. Sobretudo, os princípios são muito frouxos. Assim, embora um certo grau de liberdade também esteja presente nos demais movimentos sociais, os *anons* são diferentes em razão do alto nível de anonimato de seus membros. Acima de tudo, a atuação do grupo é coordenada e planejada *on-line*, ao contrário dos movimentos políticos tradicionais, que tendem a encorajar e basear suas ações em reuniões presenciais.

### 3 Conclusão

Nos termos de tudo aqui afirmado, qualquer um que compartilhe a filosofia dos *anons* pode declarar-se parte de suas ações. Ao passo que, em movimentos sociais convencionais, as campanhas são geralmente centradas em estratégias de vitória contra adversários definidos. Em geral, os ativistas do Anonymous não conhecem uns aos outros: o grupo tem fácil acesso, seja para o ingresso ou para a saída.

Nesse quesito, o Anonymous e, por simetria, eventuais outros grupos enquadrados como difusos, não são um clube de indivíduos cooperativos. Ao contrário, adequam-se a essa nova proposta de inclusão porque, em razão de seu caráter inovador, daí extraem relevantes resultados coletivos e provisórios. Todavia, malgrado as novas tecnologias utilizadas pelo Anonymous permitam um tipo inédito de inclusão, o elemento a variar aqui é exatamente o método de operação, e não o resultado político daí extraído.

Enfim, os membros do grupo parecem dispostos a confundir-se na mesma associação, contanto que não ultrapassem o nível coletivo. De modo que, nos casos dos grupos difusos, é possível concluir pelo seguinte axioma: ao favorecer a interação e permitir o espraiamento de mútuos padrões comportamentais, o grupo aparenta alcançar ainda mais cooperação do que os modelos tradicionais de inclusão política. Na estrutura do grupo, embora os atores compitam uns com os outros, o esforço conjunto não prevalece como resultado geral, uma vez que é impossível impedir a outros agentes fazer o que desejam ou obrigá-los a fazer o que não querem.

Por exemplo, o foco no liberalismo é um assunto cotidiano no grupo. Em agosto de 2011, um vídeo chamava para a Operation Facebook, por meio da qual um membro convocava a “matar o Facebook, pelo bem de nossa própria privacidade”<sup>12</sup>. Ato contínuo, outro membro

---

documento original, uma vez que a referência citada ao final do capítulo (<http://anonnews.org/press/item/199>) não mais estava disponível na internet.

questionava a operação, alegando que:

apesar de não concordarmos com as políticas de privacidade do Facebook, entendemos que esse ataque irá não só incomodar as pessoas, mas também enfraquecer nossa causa. Nós gostaríamos de pedir a qualquer um desses hacktivistas a não fazer tal ataque em nome do Anonymous. O Facebook permite que amigos e familiares conectem-se uns com os outros. O Anonymous entende a importância disso<sup>13</sup>.

No caso do Brasil, tais características foram mantidas. Apenas à guisa de exemplo, em abril de 2015, o grupo @AnonymousBr4sil ameaçou retirar-se do Facebook, do Twitter e do Google após essas empresas haverem – nas palavras do próprio grupo – supostamente se associado ao governo brasileiro<sup>14</sup>. O manifesto foi criticado pelas demais entidades *anons* do Brasil.

Em outras palavras, o Anonymous internalizou-se no Brasil, mantendo as características apresentadas no exterior. A atuação dos *anons* no Brasil é bastante semelhante ao resto do mundo – onde o Anonymous mostra-se absolutamente independente, inserido nas características propostas por Samuel (2004) e firme defensor do anonimato e do conhecimento livre. Assim, o grupo mantém as funções e elementos essenciais do contexto internacional, avançando na modernidade política.

Sobretudo, a distopia manifestada pelo Anonymous – impactada pelo personagem criado por Alan Moore<sup>15</sup> – expressa a revolta e a frustração que muitos sentem, mundo afora, com as falhas da democracia representativa e o medo dos caminhos pelos quais os problemas podem derivar atualmente. O anonimato da máscara de Guy Fawkes é, assim, um símbolo da desconfiança e do desapontamento com a política tradicional, além de parecer ser uma aposta no poder das multidões.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BELPOLITI, Marco. A Revolução Acabou, Começa a Idade da Revolta. **Panfleto Político-Cultural Sopro**, n. 43, Editora Cultura e Barbárie. Disponível em <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/revolucao.html>>. Acessado em: 1 out. 2013.

BRASIL, Anonymous. (ANONYMOUBRASIL). “Anonymous não tem líder. Nosso movimento é horizontal”. 18 de junho de 2013, 22:41.

BRASIL, Anonymous. (ANONYMOUBRASIL). “Se você não entende a ideologia Anonymous não tem nada o que falar!”. 24 de julho de 2013, 13:22.

---

<sup>12</sup> Tradução do autor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q6crH8qmyZ8>>. Acessado em: 20 abr. 2015.

<sup>13</sup> Fuchs também faz referência a esse manifesto do Anonymous. Todavia, a referência original (<https://www.youtube.com/watch?v=-Ig4bZawisQ>) não mais estava disponível na internet.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.anonymousbr4sil.net/2015/04/anonymousbr4sil-pode-deixar-o-facebook.html>>. Acessado em: 25 abr. 2015.

<sup>15</sup> Nos anos 80, Alan Moore, autor de histórias em quadrinho, escreveu “V de Vingança”, uma série de romances gráficos, cuja história se passa em um anômalo futuro de 1997, no Reino Unido, em que um misterioso revolucionário – vestido com a máscara estilizada de Guy Fawkes – tenta destruir o Estado.

BRASIL, Anonymous. (ANONYMOUBRASIL). “Alguns dizem que apoiamos o PT e outros os Tucanos. Mas agora é a nossa vez de falar. FODA-SE OS PARTIDOS, Inclusive o Exército!”. 24 de julho de 2013, 13:21.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Volume I - A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLEMAN, E. Gabriella. **Beacons of Freedom: The Changing Face of Anonymous**. Index on Censorship, Vol. 41, No. 4, 2012. Disponível em: <http://intl-ic.sagepub.com/content/41/4/62.full.pdf+html>. Acessado em: 19 de setembro de 2014.

COLEMAN, E. Gabriella. From the Lulz do Collective Action. In: **The New Everyday**. NYU, 2011. Disponível em: <http://mediacommons.futureofthebook.org/tne/pieces/anonymous-lulz-collective-action>. Acessado em 03 de agosto de 2014.

CRENSHAW, Adrian. **Crude, Inconsistent Threat: Understanding Anonymous**. Disponível em: <<http://www.irongeek.com/i.php?page=security/understanding-anonymous>>. Acessado em: 21 abr. 2013.

FUCHS, Christian. “Anonymous: hacktivism and contemporary politics”. In: **Social Media, Politics and the State: Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube.**, por DANIEL TROTTIER e CHRISTIAN FUCHS (Org.). Routledge, Kindle edition, 2014.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Anonymous, a explosão do enxame. In: **Cadernos Adenauer: Democracia Virtual**. Março, 2012. Disponível em: <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/33966/>. Acessado em: 20 de dezembro de 2014.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political Order in Changing Societies**. Yale University Press, 2006.

KELLY, Kevin. **Out of Controle: the Rise of Neo-biological Civilization**. Basic Books, 1994.

LATOUR, Bruno. **An Inquiry Into Modes Of Existence : An Anthropology Of The Moderns**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador: Edufba, 2012.

MANIN, Bernard. A Democracia do Público Reconsiderada. In: **Novos Estudos**. 2013. Ed. 97. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/08.pdf>. Acessado em: 10 de maio de 2014.

MCKENZIE, Scott. “Maritime Security: Does Controlling Piracy and Other Criminal Activities Require Systematic State Interventions?”. In: **Controversies in Globaliation: Contending Approaches to International Relations.**, por PETER M. HAAS e JOHN A. HIRD (Edited). Sage Publications, Inc. USA, 2013.

MOORE, Alen; LOYD, David. **V for Vendetta**. New York: DC Comics, 1989.

NORTON, Quinn. How Anonymos Picks Targets, Lauches Attacks and Takes Powerful Organizations Down. In: **Wired Magazine Online**. 2012. Disponível em: [http://www.wired.com/2012/07/ff\\_anonymous/](http://www.wired.com/2012/07/ff_anonymous/). Acessado em: 20 de abril de 2015.

NORTON, Quinn. 2011: The Year Anonymous Took On Cops, Dictators and Existential Dread. In: **Wired Magazine**. 2012. Disponível em: <http://www.wired.com/2012/01/anonymous-dictators-existential-dread/>. Acessado em: 20 de abril de 2015.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OPERATIONS, Anonymous. (ANON\_CENTRAL). “We are legion. United as one. Divided by zero. You can't break anonymous. We're coming after you @InTheSoupAgain. Expect us!”. 04 de agosto de 2013, 06:58. Tweet.

POLSBY, Nelson W. The institutionalization of the U.S. House of Representatives. **The American Political Science Review**, vol. 62, n. 1 (Mar., 1968).

REGUEIRO, Estela Mateo. **El Poder de Anonymous**. 20 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://blogs.publico.es/el-cuarto-poder-en-red/2014/02/20/el-poder-de-anonymous/>. Acessado em: 15 de Março de 2014.

RESENDE, André Lara. **O Mal-estar Contemporâneo**. Valor Econômico, São Paulo, 5 de julho de 2013. Caderno Cultura.

SAMUEL, Alexandra Whitney. **Hactivism and the Future of Political Participation**. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Harvard, Cambridge, 2004.

SILVA, Fernando de Barros e. O Som ao Redor. **Revista Piauí**, São Paulo, n. 82, p. 7, julho. 2013.

TIME, Inc. **The World's 100 Most Influential People: 2012**. Disponível em: [http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2111975\\_2111976\\_2112122,00.html](http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2111975_2111976_2112122,00.html). Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

URBINATI, Nadia. Crise e Metamorfoses da Democracia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 28, n. 82, p. 5-16, jun. 2013.

ZDNET. **Time Magazine Readers Name Anonymous 'Most Influential Person'**. Disponível em: <http://www.zdnet.com/article/time-magazine-readers-name-anonymous-most-influential-person/>. Acessado em: 15 de janeiro de 2015.

Artigo recebido em: 16/08/2014

Artigo aceito para publicação em: 10/06/2015